



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682503 - SP (2021/0233508-9)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
RAFAEL KODAMA - SP421486
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : MESSIAS PEREIRA DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de MESSIAS PEREIRA DA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação Criminal n. 1503572-84.2020.8.26.0228).

O paciente foi condenado à pena de 8 anos, 10 meses e 20 dias de reclusão, no regime inicial fechado, como incurso no art. 157, § 2º e §2º-A, inciso I, do Código Penal.

A impetrante sustenta, em suma, que "a corte estadual, ao reformar a r. sentença condenatória de primeiro grau, exasperou a pena do crime de roubo, na terceira fase, sucessivamente, em 1/3 (concurso de agentes) e 2/3 (emprego de arma), sem nenhuma fundamentação" (fl. 7).

Requer, liminarmente e no mérito, o redimensionamento da pena, com a consequente aplicação do regime semiaberto, nos termos delineados na presente impetração.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

A questão objeto do presente remédio constitucional foi enfrentada pelo *decisum* combatido nos seguintes termos (e-STJ fls. 22-23):

Passo à dosimetria da pena.

Na primeira fase, com fundamento nas circunstâncias do art. 59 do Código Penal, a pena-base de ambos os réus foi corretamente fixada no mínimo legal de 4 anos de reclusão e 10 dias-multa, no valor unitário mínimo.

E, fixada a pena-base no mínimo legal, na segunda fase, inaplicável a atenuante da confissão espontânea, nos termos da Súmula 231 do STJ..

Na terceira fase, presente a qualificadora do concurso de agentes, aumento a reprimenda em 1/3, o que resulta em 5 anos e 4 meses de reclusão e 13 dias-multa.

[...].

Ainda nesta fase, em se considerando que o delito foi

praticado com emprego de arma de fogo, majoro a pena em mais 2/3, nos termos do art. 157, par. 2º-A, inciso I, do Código Penal, restando definitiva em 8 anos, 10 meses e 20 dias de reclusão e 21 dias-multa. O regime inicial é o fechado, nos termos do art. 33, par. 2º, “a”, do Código Penal.

Assim, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se, ademais, que *“por se tratar de questão afeta a certa discricionariedade do magistrado, a dosimetria da pena é passível de revisão em habeas corpus apenas em hipóteses excepcionais, quando ficar evidenciada flagrante ilegalidade, constatada de plano, sem a necessidade de maior aprofundamento no acervo fático-probatório”* (AgRg no HC 605.864/SP, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 3/11/2020).

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI
Vice-Presidente, no exercício da Presidência